



**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO MÉDIO PARNAIBA LTDA- SESMEP
FACULDADE DO MÉDIO PARNAIBA-FAMEP
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO COMENIUS-ISEC**

ARTEMIZIA SUELLE PEREIRA DE OLIVEIRA

**O DESENVOLVIMENTO DE UM ALUNO AUTISTA, NO 4º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL, DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO: Um
estudo de caso.**

**TERESINA-PI
2015**

ARTEMIZIA SUELLE PEREIRA DE OLIVEIRA

O DESENVOLVIMENTO DE UM ALUNO AUTISTA, NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO: Um estudo de caso.

Trabalho de conclusão de curso apresentado á Faculdade do Médio Parnaíba, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em pedagogia, sob orientação da professora Ms. Rogéria Rodrigues.

TERESINA-PI

2015

ARTEMIZIA SUELLE PEREIRA DE OLIVEIRA

O DESENVOLVIMENTO DE UM ALUNO AUTISTA, NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO: Um estudo de caso.

Trabalho de conclusão de curso apresentado á Faculdade do Médio Parnaíba, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em pedagogia.

APROVADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª M.Sc. Rogéria Pereira Rodrigues
Faculdade do Médio Parnaíba - FAMEP

Examinadora: Prof^ª M.Sc. Isana Cristina dos Santos Lima
Faculdade do Médio Parnaíba -FAMEP

Examinadora: Prof^ª M.Sc. Telma Cristina Ribeiro Franco Freire
Faculdade do Médio Parnaíba -FAMEP

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a minha família pela fé e confiança demonstrada e em especial meu anjo, minha mãe, Maria de Nazaré (in memória), que se encontra ao lado de Deus, pois é um sonho que se concretiza, ao meu pai Armelindo por ser verdadeiro amigo companheiro e confidente. Ao Francisco Neto, meu esposo, que me incentivou a fazer desse sonho uma realidade, pela ajuda, compreensão, pelo companheirismo e seu amor prestado a mim nos momentos em que eu mais precisei. Ao meu filho Guilherme, que sempre me ajudou a refletir sobre ser criança, amo-o do fundo do meu coração. Aos meus avós Damiana e Raimundo pelo incentivo. Aos meus irmãos e sobrinhos, que nos momentos de ausência dedicados aos estudos, sempre entenderam que o futuro é feito, a partir da constante dedicação no presente. Aos primos e tias pela contribuição valiosa. Aos meus cunhados (a), por sempre me incentivarem nessa minha batalha. Ao meu sogro e sogra por estarem sempre do meu lado nos momentos que mais precisei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade em minha vida, aos amigos companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação ao longo desse curso e que vão continuar presentes em minha vida com certeza. A minha orientadora, mestra professora Rogéria, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos. Enfim a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, muito obrigado.

“Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

“Louco” é quem não procura ser feliz com o que possui.

“Cego” é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria. E só tem para seus míseros problemas e pequenas dores.

“Surdo” é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

“Mudo” é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

“Paralítico” é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

“Diabético” é quem não consegue ser doce.

“Anão” é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois miseráveis são todos que não conseguem falar com Deus. A amizade é um amor que nunca morre.

MARIO QUINTANA

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise reflexiva sobre o desenvolvimento de um aluno autista, no 4º ano do ensino fundamental, de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Beneditinos - PI, com o objetivo geral de analisar as contribuições da inclusão escolar para o desenvolvimento do aluno autista e específicos: Verificar a importância da escola para o desenvolvimento da aprendizagem de crianças autistas; Conhecer as principais dificuldades encontradas pelos professores no trabalho pedagógico com autistas; Conhecer as expectativas que a mãe do autista espera em relação ao desenvolvimento escolar. É um estudo bibliográfico com pesquisa de campo, composto por um estudo de caso, de natureza qualitativa, fundamentada em autores como: Carvalho (2004), Cunha (2014), Minetto (2008), Sasaki (1997), Rodrigues, Spencer (2010) entre outros. Conclui-se que a maior dificuldade enfrentada pela professora na implantação da inclusão escolar tem sido a formação especializada, ou seja, qualificação adequada, falta de apoio de profissionais especializados na área que atuem na escola como parceira no desafio de dar cidadania a todos os alunos com necessidades especiais ou não.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Políticas educacionais de inclusão. Dificuldades.

ABSTRACT

This study presents a reflective analysis on the development of an autistic student in the 4th year of elementary school, a school of municipal schools in the city of Benedictine - IP, with the overall goal of reflect on the role of school inclusion for development autism and specific student: Check the importance of the school to enhance learning of autistic children; Knowing the main difficulties encountered by teachers in the pedagogical work with autistic; Meet the expectations that the mother of the autistic expected in relation to school development. It is a bibliographical study with field research consists of a case study of a qualitative nature, based on authors such as Carvalho (2004), Cunha (2014), Minetto (2008), Sasaki (1997), Rodrigues, Spencer (2010) among others. It concludes that the greatest difficulty faced by the teacher in the implementation of school inclusion has been specialized training, or adequate qualification, lack of support from specialized professionals in the area that work in the school as a partner in the challenge of giving citizenship to all students with special needs or not.

Keywords: School inclusion. Educational inclusion policies. Difficulties.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A POLÍTICA EDUCACIONAL DE INCLUSÃO.....	12
2.1	Breve contexto histórico.....	12
2.2	Legislação e política de educação especial da atualidade.....	14
3	ESCOLA: AMBIENTE DE INCLUSÃO.....	18
3.1	Escola inclusiva.....	18
3.2	Integração X inclusão.....	19
3.3	Inclusão x Exclusão.....	21
4	DEFINIÇÕES DO AUTISMO.....	22
4.1	A inclusão de autistas.....	23
4.2	Aspecto escolar.....	27
5	METODOLOGIA.....	29
5.1	Produção dos dados da pesquisa.....	29
5.2	Contexto.....	29
5.3	Sujeitos interlocutores da pesquisa.....	30
6	DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	31
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS	35
	ANEXOS.....	37

1 INTRODUÇÃO

Estamos vivendo em um cenário exigente de inúmeras transformações e mudanças na pós-modernidade, em que o conhecimento dinâmico, modifica-se a toda hora, tornando-se um desafio para os professores. Neste contexto, há grandes desafios a serem superados, como a diversidade e a inclusão escolar. São muitas as dificuldades enfrentadas pelos professores, sobretudo, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A educação é vista na contemporaneidade como um processo social de inclusão do ser humano que é sujeito ativo, dinâmico, em constante mudança e próprio de sua história, configurando-se como um direito de todos, independentemente de possuir ou não necessidades educacionais especiais.

Inúmeros aspectos que envolvem a implementação das políticas públicas de educação inclusiva se constituem em dificuldades e desafios a serem superados, onde envolve diretamente “mudanças” com relação ao próprio professor, ao sistema organizacional e a escola. Acerca disso Edler Carvalho (2004, p.99) afirma que “a proposta de educação inclusiva precisa ser definitivamente entendida, como um dever a ser assumido e concretizado pelo Estado contando com a parceria da sociedade”, tanto no planejamento das ações quanto na administração da sua implantação e implementação.

A educação inclusiva é uma temática muito discutida nos meios escolares, por se tratar de um assunto essencial e delicado no ensino, requer atenção especial tanto dos professores quanto dos demais que compõem a instituição escolar. Pensando nisso temos a seguinte temática: O desenvolvimento de um aluno autista, no 4º ano do ensino fundamental, de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Beditinos - PI: um estudo de caso. Assim delimitamos o seguinte problema: Quais as contribuições da escola regular para o processo do desenvolvimento do aluno autista? Para responder a esse questionamento, estabelecemos como objetivo geral: Analisar as contribuições da inclusão escolar para o desenvolvimento do aluno autista e específicos: Verificar a importância da escola para o desenvolvimento da aprendizagem de crianças autistas; Conhecer as principais dificuldades encontradas pelos professores no trabalho pedagógico com autistas; Conhecer as expectativas que a mãe do autista espera em relação ao desenvolvimento escolar.

É um estudo bibliográfico, com um estudo de caso, de natureza qualitativa, fundamentada em autores como: Carvalho (2004), Cunha (2014), Minetto (2008), Sasaki (1997), Rodrigues, Spencer (2010), entre outros de grande relevância para esse tema.

A escolha desse tema ocorreu devido a experiência desta pesquisadora como acompanhante pedagógico de uma criança autista, como também por vivenciar o autismo na família através de um primo. Este trabalho de pesquisa pode contribuir para ampliação dos estudos sobre a escolarização dos alunos autistas.

Acreditamos que a relevância da pesquisa está relacionada ao fato de propor uma investigação sobre uma das principais políticas educacionais do país e retratando as condições concretas nas quais a inclusão escolar é efetivada. Nesse sentido essa pesquisa poderá fornecer importantes elementos para a compreensão das deficiências no processo formativo dos professores, dando subsídios para a delimitação de aspectos a serem considerados nessa formação.

A pesquisa esta estruturada da seguinte forma: No segundo capítulo, descreve a política educacional de inclusão, com um breve contexto histórico e a legislação nos dias atuais. No terceiro capítulo relata a escola como ambiente de inclusão, no quarto capítulo traz definições de autismo, enfatizando a inclusão e o aspecto escolar, no quinto capítulo expõe a metodologia, seguida da discursão e análise de dados, e finaliza com as considerações finais e referências.

2 A POLÍTICA EDUCACIONAL DE INCLUSÃO

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

A educação de pessoas deficientes é um processo que se inicia no cenário mundial no século XVII. Este trabalho educacional esbarrou em inúmeros empecilhos, baseados em questões religiosas, místicas e sociais, cuja concepção que se tinha da pessoa com deficiência era que esta possuía uma espécie de carma, ou era pecadora, ou um peso morto para a sociedade e o mercado de trabalho.

A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais dentro do contexto escolar regular de ensino, desperta uma oportunidade de vivenciar um ambiente motivador e acolhedor, por meio de estratégias inovadoras e específicas, preparadas por professores que devem estar em efetivo exercício de formação continuada, levando em consideração algumas peculiaridades.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino cuja aplicação permeia todo o sistema educacional do país e visa proporcionar a pessoa com deficiência à promoção de suas capacidades, o desenvolvimento pleno de sua personalidade, a participação ativa na sociedade e no mundo do trabalho e aquisição de conhecimentos. A pessoa com deficiência, sempre foi considerada como alguém fora dos padrões normais pela ótica histórico-cultural, que sempre ditou para a sociedade, critérios para a normalidade. Muitos termos foram usados para identificar pessoas com deficiência e atravessaram décadas buscando assumir um sentido de inovação na busca pela superação de preconceitos.

O desenvolvimento inclusivo no contexto escolar e novidade, durante muito tempo as pessoas com necessidades especiais foram vistas como incapazes, para formular novos conceitos é essencial o conhecimento da história.

A educação inclusiva no Brasil durante os séculos XVII e XVIII possuía práticas discriminatórias, que resultavam em práticas exclusivas. Durante esse período a família e a sociedade repudiavam o deficiente com preconceito, chegando mesmo a excluí-lo do meio social.

As pessoas com deficiência cognitiva eram internados em manicômios, ou outras instituições que consideravam doentes anormais. “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas,

débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2002, p.25). No entanto, esses conceitos sobre deficiências ampliaram-se consideravelmente “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2002, p.25).

A partir do século XIX as pessoas com deficiências eram aprisionados em suas próprias casas e não tinham oportunidade de frequentar a escola, no entanto surgiram alguns movimentos sociais que lutaram contra discriminação deste público, mas paralelamente surgiram questionamentos que excluíaam estes do meio educacional.

Segundo Jannuzzi (2004, p. 34):

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação.

No entanto, a Declaração de Salamanca (1994, p. 6) enfatiza a inclusão dos indivíduos com necessidades especiais, com uma política de justiça social:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobre dotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

Desde o final dos século XX até a atualidade os impactos alcançados em torno de uma sociedade inclusiva no Brasil, vem sendo diferenciado com a inserção das salas multifuncionais e com técnicas de tecnologia assistiva, como por exemplo: computadores com softwares de adaptação de fala, lupa eletrônica, aplicativos específicos de acordo com cada necessidade entre outros, facilitam o desenvolvimento social e a promoção da igualdade levando em consideração cada especificidade. Sobre isso Goffredo (1999, p. 31) expõe:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais.

A escola tem a missão de acolher e ensinar todas as crianças, adolescentes e adultos independente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, inclusive com a acessibilidade na estrutura física que é garantida por lei.

Nesse sentido Fávero (2004, p. 78) ensina que a “principal forma para não discriminar é sempre que as pessoas com deficiência escolham o que é mais adequado para elas e que existam opções”.

O processo educativo inclusivo é um desafio, constituindo-se como uma responsabilidade de todos, uma vez que está amparado por leis federais, estaduais e municipais. O acesso à educação é um direito universal e deve ser garantido a todos independentemente de questões étnicas, raciais, sociais e que envolvam deficiência. A escola, nesse sentido, torna-se um importante instrumento de inclusão social. A inclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais ainda encontra inúmeros obstáculos.

2.2 LEGISLAÇÃO E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA ATUALIDADE.

O movimento que foi denominado de inclusão vem influenciando as políticas educacionais desafiando as comunidades em todo mundo. A lei n.º 9.394, de 20 de Dezembro 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira, situa no cap. V, art. 58, que a educação brasileira deve ser “[...] oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” e no art. 59, que os sistemas de ensino assegurarão a tais educandos “[...] currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades”. A educação é vista hoje como um processo de inclusão social do ser humano sujeito ativo e ator da própria história na busca do desenvolvimento integral das pessoas nos aspectos cognitivos, afetivos, psicológicos, sociológicos e antropológicos para que possam ampliar sua capacidade de viver em sociedade. Hoje:

As políticas educacionais atuais reafirmam o projeto igualitarista e universalista da modernidade. No geral elas participam do esforço da modernidade para superar o que se chamou de “estado da natureza”, a fim de domesticar os que diferem do padrão. Como incluir as diferenças com base em um plano racional de atuação que extingue ou as põe de lado como refugio que escapa a definição (BAUMAN, 1999, p.15)

A verdade é que o ensino escolar brasileiro continua deficiente com poucas condições de inclusão escolar e sendo mal compreendido. Ainda segundo Bauman (1999, p.43), “mais um motivo para afirmar a necessidade de pensar e de romper com o modelo educacional elitistas de nossas escolas e de reconhecer a igualdade” e aprender como ponto de partida e assim as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada.

Carvalho (2004) enfatiza como pontos relevantes para a educação inclusiva: a reflexão sobre as políticas públicas para uma integração e a promoção de igualdade de oportunidade; o respeito às necessidades individuais e por fim, a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido é preciso que os educadores adquiram uma conscientização, para que o debate e a reflexão levem a uma ação, a fim de melhorar a inclusão escolar. É sabido que é um assunto complexo em muitos aspectos, levando em conta a infraestrutura da escola, a qualificação dos professores para a atuação no contexto inclusivo e as más condições de trabalho.

A declaração de Salamanca, marco internacional de uma proposta de Educação Inclusiva, orienta que a escola é de livre acesso a todas pessoas:

Independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, ou outras crianças deficientes e bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades crianças de minorias linguísticas, e étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis declaração de semelhanças (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993, p. 17)

Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças com necessidades especiais.

O artigo 58º da Lei de Diretrizes e Bases rege que:

Entende-se por educação especial para efeito desta lei a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede de ensino, para educando, portadores de necessidades especiais. Parágrafo 1º haverá, quando necessário, serviços de apoio especializados na escola regular para atender as particularidades da cliente de educação especial. (BRASIL,1996)

Para tanto requer uma efetiva preocupação de profissionais de educação que proporcione um contínuo desenvolvimento pedagógico educacional que resulte em um novo jeito de perceber e atuar com as diferenças dos alunos em situação de inclusão escolar.

Nesse sentido, destacamos os seguintes questionamentos: As escolas públicas estão preparadas para acolher as demandas da adversidade na pós-modernidade? Elas estão planejadas, equipadas com uma tecnologia assistidas, em respeito as diferenças que der conta de proporcionar uma cultura comum a todos?

A respeito desta reflexão, devemos fazer uma análise sobre o que afirma Imbernón (2000, p. 78) que “a escola regular, de maneira geral, não foi, nem é planejada para acolher a adversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de normalidades”. Este paradigma se constitui umas das maiores problemáticas de implementação das políticas públicas de inclusão educativa dos alunos com necessidades especiais em nossas escolas, tanto para professores sistema e sociedade em geral. “A educação inclusiva é um movimento que se busca repensar a escola” (MATOAN, 1998, p.98), para que a escola deixe de apresentar uma homogeneidade, e seja um espaço aberto dinâmico e acessível para todos.

O processo pleno de inclusão segundo Sasaki (1997, p.98): “[...] É um processo de construção de uma sociedade para todos e aspiração a felicidade e a qualidade de vida”. O que consideramos um desafio utópico de responsabilidade assumida com base na parceria compartilhada por toda a sociedade, uma sociedade considerada complexa e desigual que é reproduzida por uma escola seletiva, elitista e avaliadora, ainda permeada de preconceitos e discriminação.

Nesse sentido a proposta de educação inclusiva, segundo Duk (2006, p.167) considera “que todos os estudantes devem estudar juntos em ambientes regulares da vida. Assim, os contextos educacionais inclusivos devem contar com um conjunto de serviços e recursos de apoio educacional especializados”.

No trabalho com crianças com autismo ou mesmo com outras deficiências é preciso que conheçamos as suas características mais marcantes. No caso das primeiras, a lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução, em seu parágrafo 1º, especificamente nos incisos I e II, considera pessoa com transtorno do espectro autista:

Aquela que possui deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; possuindo também padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos

sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012).

Ainda é extremamente importante, que não nos esqueçamos, independentemente das características anteriormente mencionadas, que neste trabalho falaremos sobre crianças, e como tais possuem necessidades específicas à infância, entre elas o brincar.

Nessa perspectiva, a proposta de inclusão educacional exige mudanças no sistema de educação de um todo, mudanças de concepções, metodologias, espaços formadores, formadores, professores e etc., desafios a serem superados por todos.

3 ESCOLA: AMBIENTE DE INCLUSÃO

3.1 ESCOLA INCLUSIVA

A inclusão se configura em um processo que busca incluir gradualmente, buscando a cooperação e participação do aluno na busca de um ambiente escolar propício. A formação docente é uma das principais exigências, para que esse processo alcance o sucesso.

Segundo Sasaki (1997, p. 41) inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulações de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

De acordo com Ferreira (2005, p. 44) a inclusão envolve:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

Fomentando essa ideia, nota-se que a base da escola inclusiva é a defesa de princípios e valores éticos, objetivando ideais de cidadania e justiça, com o intuito de promover práticas pedagógicas priorizando o aluno e o processo de ensino-aprendizagem. O ambiente escolar deverá propor várias alternativas, como relata Mitler (2003, p. 25):

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

“A inclusão é um processo dinâmico e gradual, esta se resume em cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva” (SANCHEZ, 2005, p. 17).

Alguns teóricos do nosso país defendem a inclusão escolar como consequência da transformação do ensino regular. Mantoan (1998, p. 3) propõe:

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares.

Freire (1985, p.19) afirma que:

O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade de cujas águas os homens verdadeiramente comprometidos ficam molhados, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro. Ao experienciá-lo, num ato que necessariamente é corajoso, decidido e consciente, os homens já não se dizem neutros.

A inclusão escolar deve ser um processo no qual haja o respeito às diferenças, onde se desvele os limites segregadores da padronização e homogeneização, no sentido de construir uma cultura na qual a diferença tenha espaço para expressar e interagir, aprendendo e ensinando, produzindo novas concepções e novos conhecimentos. O professor é responsável pela mediação da aprendizagem, e principalmente da socialização do aprendente sendo este um dos principais pilares da educação inclusiva, enfatizando que uma educação de qualidade é direito de todos.

Concordando com Sanches (2005, p. 10) “para concretizar os desafios e objetivos da rede educacional, esta se deve direcionar e centrar-se nos quatro pilares básicos da educação aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser”. Direcionado neste pilares, a inclusão acontecerá com sucesso.

3.2 INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO

A inserção de alunos com deficiência em classe comum não acontece como um passe de mágica é uma conquista que tem que ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno com deficiência, aluno sem deficiência, família, professores e comunidade escolar.

A estabilidade é algo que buscamos frequentemente, pois ela nos dá segurança. Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causam muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008, p. 17).

A escola deve atuar como facilitadora da comunicação e da difusão de informações sobre deficiência, visando a estimular a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. A inclusão é uma inovação, e muitas vezes, seu sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação e isto está assegurado pela Constituição. Segundo Mantoan (1988, p.78):

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na centralização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

A principal bandeira de luta do processo inclusivo se dá na busca da qualidade de ensino, levando em consideração as especificidades de cada aprendente, para que esse objetivo seja concretizado, a escola regular deve oportunizar diversas estratégias de ensino e avaliação, visto que:

Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 34).

Para a maioria dos profissionais que atuam em nossas escolas hoje, é difícil entender a possibilidade de se fazer inclusão. Essa resistência é aceitável e compreensível, diante do modelo pedagógico-organizacional conservador que vigora na maioria das escolas. Poucos são os profissionais que se arriscam a encarar a ideia de ministrar um ensino inclusivo em uma sala de aula de cadeiras enfileiradas, um livro didático aberto na mesma página, uma só tarefa no quadro e uma só resposta válida e esperada nas provas, evidenciamos a urgência em se propor práticas pedagógicas alternativas, para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

3.3 INCLUSÃO X EXCLUSÃO

A escola no pode ter um papel fundamental na construção de valores que auxiliam os membros da sociedade em geral a pautar sua vida pessoal e coletiva no respeito pelas diferenças, provocadoras de exclusão, criando condições para que na prática cotidiana haja principalmente mais tolerância, ajudando assim, os alunos a levarem em consideração os pontos de vista do outro.

A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2008, p. 55).

Vive-se em uma época em que é possível ser diferente, mas não é possível viver e demonstrar a diferença, e isto pode ser percebido no momento em que uma sociedade que luta por liberdade de expressão discrimina pessoas em razão de diferenças de características intelectuais, físicas, culturais, sexuais, sociais, linguísticas, discriminando ainda as pessoas que não vão às aulas porque trabalham e também aquelas que de tanto repetir desistiram de estudar, entre outras estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

Para Mittler (1995, p. 25) o princípio que rege a educação inclusiva é: “o de que, todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças”.

Segundo Mantoan (2003, p. 123) “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção.

Quando se fala de inclusão, pensa-se naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dela que se aprende a conviver, contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos. O próximo capítulo traz definições de autismo, enfatizando a inclusão e o aspecto escolar.

4 DEFINIÇÕES DO AUTISMO

O contexto educacional da atualidade almeja atingir diferentes enfoques que envolvam a comunidade escolar. Segundo Rodrigues, Spencer,(2010, p.89): “o autismo é um grave distúrbio de desenvolvimento”. Tendo em vista que é um transtorno global de desenvolvimento este causa prejuízo entre as áreas de interação social, comunicação verbal e não-verbal e no comportamento. Costuma ser diagnosticado nos três primeiros anos de vida e desde já traz certa incapacidade para o indivíduo que a possui. É um distúrbio, que segundo pesquisas recentes, está presente mais em homens do que em mulheres e até hoje não se tem causas específicas para seu aparecimento. É encontrado em todo o mundo e em família de qualquer configuração social. As manifestações variam e vão depender do desenvolvimento e da idade cronológica.

Conforme Rodrigues, Spencer (2010, p. 97) “alguns autista até chegam a manter um contato social, porém demonstram uma forma de relacionamento bastante subjetiva, talvez até atípica aos padrões normais de relacionamento”. Expressam estereótipias e um conjunto variado de manias, como por exemplo, acendem e apagam uma lâmpada continuamente, fazem questão de colocar um objeto sempre na mesma posição, frequentemente apelam para movimentos com as mãos antes de pegar em um material qualquer ou mesmo na ausência deste e impressionados com objetos que giram.

O autista sempre gosta de chamar a atenção e com isso faz gesto repetitivos, mais às vezes prefere ser inanimado, não suporta mudança de ambiente. A maioria das crianças autista não fala, e quando fala faz repetição de sons e de palavras.(RODRIGUES, SPENCER, 2010). Porém esses comportamentos típicos não os impedem de serem incluídos na rede regular de ensino.

A educação especial para autistas, na perspectiva inclusiva, segue a ideia de uma política de ensino estruturado, que é indiscutivelmente eficiente e eficaz no tratamento dos transtornos autistas, mas pode flexibilizar-se no sentido de conceber aspectos metodológicos centrados de um modelo de pensamento relativo, que envolve experiências construídas em um espaço terapêutico mais maleável. (RODRIGUES, SPENCER, 2010, p. 90)

Segundo o mesmo autor, a educação de autista trata da funcionalidade dos programas de atividades e do uso de um sistema visual (os autistas demonstram bom desempenho nas habilidades viso- especiais), cuja finalidade é orientar o aluno no espaço escolar, por meio de cartões com instruções simples.

A execução de experiências concretas vivenciadas no ambiente sócio-interacionista, integrando as práticas de desenvolvimento cognitivo indispensáveis, passa a assumir grande valor educativo na relação entre ensino e aprendizagem, é neste momento que a ação participativa do professor-mediador representa o diferencial positivo para ajudar o aluno autista na organização da consciência sobre si mesmo, a ter a percepção do corpo ocupando espaços na realidade externa e, posteriormente, a ter a consciência de que existem pessoas interagindo. (RODRIGUES, SPENCER, 2010, p. 72).

O autismo tem muitas definições uma delas é que um distúrbio neurofisiológico, de causas ainda desconhecida, que afeta o funcionamento do cérebro em três áreas diferentes: a capacidade de comunicar, a capacidade de sociabilizar e a limitação de interesses.

Trata-se de uma alteração global do desenvolvimento infantil que se mantém para a toda vida. “A pessoa autista apresenta dificuldades de compreensão dos significados atribuídos, não se sabe se seu pensamento é do tipo puramente figurativo, sem conservação, o que lhe dificulta a possibilidades que impliquem mudanças.” (RODRIGUES, SPENCER, 2010, p. 14)

Segundo Salvador (2015) O autismo também pode estar relacionado á deficiência e anormalidade cognitivo, de causa genética e hereditária. Além de fatores familiares, ambientais, complicações de parto e alterações bioquímicas do organismo, nem todas as alterações conhecidas estão presentes em todos aqueles que são diagnosticados.

4.1 A INCLUSÃO DE AUTISTAS

Embora existam inúmeras propostas de inclusão dos autistas, não há hoje um resultado educacional eficaz e preciso para esses alunos. Os professores, vistos como mediadores da transmissão do conhecimento, necessitam de maiores informações para facilitar o processo de ensino e aprendizagem de crianças autistas e assim desenvolverem muitas habilidades de acordo com uma intervenção adequada.

Os primeiros estudos sobre autismo foram feito pelo Psiquiatra Leo Kanner em 1943, onde pesquisou um grupo de crianças que apresentavam comportamento que não se encaixavam nos diferentes comportamentos descritos nos livros de Psiquiatria da época.

A mesmo escreveu um artigo cujo o titulo é “Distúrbio Autista do Contato Afetivo” que trazia dados extraídos do estudo que havia feito através dos 11 sujeitos analisados. Ela

ressaltou o “Afastamento social inato nas crianças autistas” ou estatísticos de desordens mentais em sua quarta edição, isso ocorreu no ano de 1994.

Outros pesquisadores também foram desenvolvendo seus estudos partindo da concepção de Kanner com algumas alterações, como por exemplo, relacionado o autismo a um déficit cognitivo, considerando-o não uma psicose e sim um distúrbio do desenvolvimento. Essa ideia do déficit cognitivo vem sendo reforçada por muitos estudiosos até os dias atuais.

Eugene Bleuler foi outro psiquiatra da época, que também se preocupava com a explicação deste casos, ele propõe que seja uma “ausência da realidade” e conseqüentemente, impedimento ou impossibilidade de comunicar-se com o mundo externo, demonstrando atos de um proceder muito reservado.

É mais comum em crianças do sexo masculino, e a proporção atinge de três a cinco vezes mais meninos do que meninas autistas, a manifestação da síndrome é mais intensa quando comparada aos meninos autistas, isto se deve a questões genética. De acordo com Cunha (2014) A taxa média de prevalência do transtornos Autista em estudo epidemiológicos era de cerca 15 casos por 10.000 indivíduos, com relatos de taxas variando de 2 a 20 casos por 10.000 indivíduos. Hoje, sabe-se que a taxa de prevalência cresceu bastante. Algumas pesquisas apontam um caso em cada 150 ou 100 nascimentos.

As manifestação variam e vai depender do desenvolvimento e da idade cronológica. Não há um padrão de herança característica, o que sugere que o autismo seja condicionado por um mecanismo multifatorial, no qual diferentes, combinações de alterações genéticas associados á presença de fatores ambientais. É encontrado em todo o mundo e em família de qualquer configuração racial, étnica e social.

Conforme Amaral (2014) Um bebê de dois meses fixa o olhar, reage ao som, se aninha no colo e troca olhares durante a mamada. Ao passo que um bebê apresenta Transtorno do Espectro Autista (TEA) não fixa o olhar, não senta no colo e não trocar olhar com a mãe.

O autismo pode surgir em diversos graus, que vai do mais leve ao mais grave e pode muitas vezes estar associado a outras síndrome. Os sintoma trazidos por esse distúrbio são percebidos na infância, geralmente antes dos 3 anos. As crianças autista não utilizam á reversibilidade lógica e não fazem evocações mentais, ou seja, apresentam dificuldades em compreender um processo inverso aquele que foi observado. Elas utilizam a repetição para refazer algo até que aconteça a memorização. Por esse motivo é muito importante que os pais e os professores estabeleçam rotinas para que elas consigam assimilar os afazeres do dia a dia de uma forma mais fácil.

Os autistas preferem permanecer isolados do convívio social, no que diz respeito a comunicação, devido a inaptidão que os mesmos possuem para se comunicar. De uma forma geral os autistas são extremos nas situações que envolvem objetos inanimados, ou seja, ou eles o adoram ou os desprezam.

O acompanhamento médico de uma criança autista é bastante complexo, pois as crianças autistas vivem isoladas e então o profissional de saúde deve agir com todo o cuidado com a finalidade de ganhar a confiança dessas crianças autistas e assim conseguir avançar no tratamento.

O CID-10 classifica o autismo como um dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento incluído outros distúrbios com o quadro autístico: Transtorno Desintegrativo da Infância. Esse transtorno também é conhecido como síndrome de Heller. Nos primeiros anos de vida na pessoa tem um desenvolvimento normal mas com o passar do tempo há uma regressão no que diz respeito a comunicação, elaboração do raciocínio e das emoções.

O retardo mental, os desvios de desenvolvimento da linguagem, os desvios de comportamento observados conforme a idade cronológica, mental e verbal bem as condições psiquiátricas que possam afetar o comportamento fazem parte do conjunto de sintomas verificados no autismo. (RODRIGUES, SPENCER, 2010, p. 35)

As pessoas que possuem esse transtorno, muitas vezes possuem aspecto de dificuldade de relacionamento social que muitas vezes associado ao retardo mental severo.

O transtorno invasivo do desenvolvimento (TID) são transtornos caracterizados pelo retardo no desenvolvimento de funções básicas que envolvem tanto a comunicação estereotipada quanto o atraso nas habilidades cognitivas e sociais.

Algumas doenças relacionadas ao autismo são infecções pré-natais como a rubéola congênita. O autista apresenta certa dificuldade de entender aquilo que ele ouve. Além disso, a maioria deles possui retardamentos com relação a sua parte motora e na linguagem.

Um acentuado comprometimento do uso de múltiplos comportamentos não verbais (contato visual, direto, expressão facial, posturas e linguagem corporal) que regulam a interação social e a comunicação, pode ocorrer também atraso ou ausência total do desenvolvimento da linguagem falada. Nos indivíduos que chegam a falar, existe a chance de haver um acentuado comprometimento na capacidade de iniciar ou manter uma conversação e a

ecololia, que é a repetição mecânica de palavras ou frases.(CUNHA, 2014, p.27)

O autista evita o contato físico, com relação a comunicação é importante ressaltar que muitas vezes ele refere-se a “você” quando fala algo dele mesmo, ou seja, ele têm dificuldade em utilizar o pronome “eu”.

Os sintomas do autismo podem ser percebidos ainda na infância. As crianças autistas não utilizam a reversibilidades lógica e não fazem evocações mentais, ou seja ,apresentam dificuldade em compreender um processo inverso aquele que foi observado.

Elas utilizam a repetição para refazer algo até que aconteça a memorização. Os autistas preferem permanecer isolados do convívio social, no que diz respeito a comunicação, devido a inaptidão que os mesmo possuem para se comunicar. Por esse motivo é muito importante que os professores estabeleçam rotinas para que elas consigam assimilar os fazeres do dia a dia de uma forma mais fácil. “O autismo é um poder a qualquer preço, embora exista uma época em que ele deixa de ser latente para se tornar agressivo até espalha fatos amente por aquilo que conhecemos por surtos de hiperatividade ,ou seja, nada mais do que ele revelando sua própria realidade (SALVADOR,2004, p. 115)

Proporcionar ás crianças com autismo oportunidades de conviver com outras da mesma faixa etária possibilita o estímulo ás suas capacidades interativas, impedindo o isolamentos continuo. Além, disso as habilidades sociais são possíveis de serem adquiridas pelas trocas que acontecem no processo de aprendizagem social.

4.2 ASPECTO ESCOLAR

A educação especial para o autista tem utilizado o método TEACCH que foi feita pela Universidade de Coralina do Norte que busca dentre outras coisas ceder um desenvolvimento que se adéque com as potencialidades e as faixas etárias do paciente além de buscar uma interação com a família que é um objeto importante na utilização desde métodos apresentados. Segundo Rodrigues, Spencer (2010) o teacch consolida-se como uma linha de pensamento indutivo, mensurável e determinista e enfatiza a objetividade, suprimindo análise subjetivas.

Os princípios norteadores do método TEACCH;

- Busca do entendimentos exaustivos de como é, como pensa, como age a criança e o adolescente autista;
- Objetivos específicos e definidos com relação ao programa terapêutico;
- Repertórios de comportamentos que o autista pode ou não realizar;
- Planos terapêuticos individuais dirigidos aos comportamentos-alvo com especificação das respostas;
- Adaptação dos métodos terapêuticos;
- Registra os acontecimentos;
- Utilização de esquemas de reforçadores e de estímulos de preparação produzido um condicionamento secundários; (RODRIGUES, SPENCER, 2010, p. 45)

Trabalha com relação causa efeito, ou seja, ele trabalham com a comunicação e busca preparar a pessoa para que ela possa na medida possível obter a sua independência e as tarefas que são utilizadas nesse métodos buscam utilizar atividade que são voltadas para a ocorrência do dia a dia em paralelo ao desenvolvimento escolar.

nenhum cérebro é igual ao outro, somos frutos de uma interessante mistura de acaso, genética e ambiente. É impossível prever o valor de cada cérebro, afinal, quem diria que uma criança com atraso de linguagem se tornaria um dos maiores gênios da física, ratificando que o espectro autista pode ser considerado como um dos grandes geradores de diversidade cognitiva. (SALVADOR, 2004,p. 65).

Como acontece com as crianças ditas normais ,a aprendizagem também ocorrerá mais rápida esse alunos tiverem a oportunidade de estarem em contato com as diferenças. Dessa forma, o que tem se apreendido é que os dois saem ganhado. Os autistas muitas vezes, repetem expressões com frequência até que eles comecem a fazer outra ação, pois eles tem dificuldades em focar e desfocar de certas coisas. A seguir descrevemos a todo o percurso metodológico da pesquisa.

5 METODOLOGIA

O estudo foi caracterizado por uma investigação de caráter descritivo analítico, que se insere nos parâmetros das pesquisas qualitativa que nos permite estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.49). Desse modo, o nosso olhar sobre o que os sujeitos expressam em seus relatos, suas vivências, e seus modos de pensar são expressões legítimas porque advêm de suas condições e seus conflitos existenciais do cotidiano.

Trata-se de um estudo de caso que se constitui na ida ao contexto onde o fenômeno ocorre na perspectiva de compreendê-lo melhor, fundamentada em autores como: Carvalho (2004), Minetto (2008), Sasaki (1997), Rodrigues, Spencer (2010), entre outros de grande relevância para esse tema.

Conforme Chizzoti (2001, p.52): O método qualitativo baseia-se em dados coligados, nas interações interpessoais na coparticipação das situações dos informantes analisando a partir da significação que estas dão aos seus atos.

5.1 PRODUÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Como instrumento técnico de pesquisa fizemos uso do questionário, através de um roteiro com perguntas elaboradas, focando as dificuldades enfrentadas pela mãe e professora com a criança autista. O questionário foi realizado com o objetivo analisar as contribuições da inclusão escolar para o desenvolvimento do aluno autista.

5.2 CONTEXTO

A pesquisa foi realizada no Educandário São Benedito, localizada na avenida Presidente Vargas s/n, no centro da cidade de Beneditinos-PI.

5.3 SUJEITOS INTERLOCUTORES DA PESQUISA

Participaram desta pesquisa 02 (sujeitos) sendo uma mãe e uma professora de uma criança autista, que frequenta regularmente o 4º ano do Ensino Fundamental da escola pesquisada.

Os dados foram analisados a partir de análise de conteúdos.

6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A concepção da mãe da criança pesquisada nesse estudo, sobre autismo foi relatada através de entrevista, quando a pergunta foi: Quando você notou diferença na sua criança? Qual o tipo de autismo da sua criança? Respondeu que foi a partir do seu primeiro ano de vida, quando levou mais tempo do que o normal para começar a falar (demorou muito) e então foi diagnosticado como autismo de Grau leve.

A mãe relatou que nos 3 primeiros anos ocorreu a primeira consulta com um neuropediatra, e sucessivamente eram constantes, sem muito êxito. Apenas aos 6 anos foi fechado o diagnóstico por um psicólogo e um psiquiatra.

A criança segundo sua genitora, vive em um mundo fantasioso, passa horas caminhados em círculos e conversado consigo mesmo. A mãe decidiu colocar a criança na escola no período apropriado para qualquer outra criança, mas encontrou muita dificuldade e sofrimento, pois nem o próprio pai queria admitir o seu problema, como constatamos na fala: “lutei sozinha e conseguir”.(MÃE).

A criança observada é acompanhada por psicólogo, psiquiatra e neuro-pediatra, além da assistência do Centro de Referência em Assistência Social –CRAS, da cidade de Beneditinos-PI.

A mãe destaca a importância da escolarização, pois desenvolveu grande sabedoria em matemática e astrologia, mas fica triste por não ter uma avaliação contínua do aluno, finaliza dizendo que ele gosta de ir a escola, mais com frequência chegar irritando e confuso.

Quando o questionário foi dirigido a professora indagamos sobre qual habilidade adota para desenvolver o trabalho com a criança observada, onde respondeu que procura ler alguns artigos sobre criança autistas, assistir filmes, buscando reflexões para melhorar a prática pedagógica.

Desenvolver o processo de inclusão escolar não é uma tarefa fácil, reconhecemos que a professora não está preparada e qualificada de forma adequada para enfrentar um desafio tão emergente. Requer reflexão permanente sobre a consciência de que a responsabilidade é de todos os profissionais da educação, não somente da professora que sozinha e sem apoio sentem-se perdidos diante de tamanho desafio. Mantoan (2003, p.90) ressalta que é necessário ensinar os alunos nas suas diferenças, não diferenciando o ensino para cada um, pois cada educando pode aprender no seu tempo e do seu jeito próprio.

O processo educativo inclusivo trás sérias implicações para os docentes, para a escola e para a sociedade, estes devem centrar-se na busca de rever concepções estratégias de ensino, de orientação de apoio para todos e principalmente para os alunos afim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas para desenvolverem potencialidades.

A professora colocou que a criança é tratada de forma igual as demais alunas da sala, então questionamos: Você como professora adota alguma atividade diferenciada?

Não,os conteúdos são abordados da mesma forma, procuro das mais atenção a ele, pois ás vezes fica na dúvida de alguns conteúdos, assim uso outras maneiras para esclarecer o assunto.(PROFESSORA)

Avançando na discussão do papel da escola, da educação, e, sobretudo, da presença do professor, enquanto elo no processo ensino-aprendizagem, conduzindo a consciência da cidadania, a inclusão só terá êxito com seu total engajamento profissional, pois este deve aceitar e entender o processo de inclusão, para que este realmente possa se concretizar. Segundo Nogueira (2001, p.120):

Para sua prática, se faz necessária uma postura aberta para tudo e para todos, aberta aos seus saberes e aos seus não saberes. Exatamente este é o grande problema: ‘estar aberto aos seus não saberes’. Sem a postura de humildade e reconhecimento de seus não saberes, diante dos seus pares, o professor não se dispõe a realizar trocas com os demais especialistas.

Na fala da professora destacamos que a Matemática a disciplina favorita do aluno observado a mesma destaca que ele é muito bom nas quatro operações, consegue fazer cálculos mentalmente com muita rapidez, destaca ainda que apesar de ser uma criança autista, consegue ficar sentado, escutar com atenção e consegue se socializar muito bem com os colegas, que ajudam sempre quando necessário.

A professora finaliza dizendo que ás vezes nem a escola, nem ela está preparada, mais é conscientes da importância da inclusão dessa criança na escola, assim procura fazer o melhor. Sugere que a escola deveria ter áreas de lazer, como um parquinho, projetos que incentivem a leitura e criatividade na artes entre outras.

Como sabemos a falta de preparo dos professores é um empecilho, mas não é fator determinante para que não haja inclusão de alunos deficientes em classe regular. Sabe-se que o empenho entre ambos – professor e alunos – resulta em reconhecer possibilidades e limitações dos dois lados. E, conhecendo as características físicas, cognitivas, afetivas e

sociais que definem esses alunos, auxilia-os em seu desenvolvimento cultural. A inclusão pode ser uma faca de dois gumes. Pode ser algo maravilhoso para o crescimento de todos, mas pode ser motivo de sofrimento de muitos se não estiver bem estruturada (MINETTO, 2008, p. 98).

Experiências de trabalho colaborativo entre professores, fundamentalmente, tem por finalidade a colaboração entre professores e profissionais no desenvolvimento das atividades desenvolvidas no cotidiano escolar, mais especificamente da sala de aula. Ou seja, todos os envolvidos no processo educacional compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade das propostas efetivadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a educação escolar inclusiva é uma temática que necessita ainda de muita pesquisa, onde as políticas de implementação da inclusão escolar merece mais atenção no que se refere à formação inicial e continuada dos professores que atuam com alunos com diferentes necessidades para que venham de fato atender e garantir cidadania para todos. Vale ressaltar que a inclusão escolar não consiste apenas em colocar alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, isso implica em um trabalho personalizado reorganizando todo o sistema educacional no envolvimento e comprometimento de todos que fazem a educação e a escola. É um processo sério e responsável para que as barreiras possam ser ultrapassadas e a inclusão escolar de fato aconteça.

A avaliação em relação à inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino é positiva, embora haja ainda um longo trajeto a percorrer. Há varias metas ainda a serem executadas, a principalmente é conseguir que todos os cursos de formação profissional dêem aos professores condições de atuar adequadamente com a diversidade humana, sem preconceitos, propiciando uma verdadeira sociedade inclusiva. Precisamos enquanto sociedade, possibilitar aos portadores de necessidade especiais uma vida digna, onde estes passam exercer o direito à cidadania como qualquer cidadão, sem que se sintam excluídos e discriminação. Sendo que o inicio dessa conscientização deve atender a todos aqueles que a procuram, estando sempre aberto ao diálogo, tendo como principal objetivo o aluno, independente de suas características. Sabe-se que o empenho entre ambos – o que ensina e o que aprende – resulta em reconhecer possibilidades e limitações entre ambos. É importante que os todos os alunos de uma sala de aula, com deficiência ou não recebam um atendimento diferenciado já que todos nós temos “nossas limitações”. Os profissionais da área da educação precisam estar atentos para as particularidades da aprendizagem de cada aluno com deficiência, respeitando-os e atendendo-os como cidadãos capazes, detentores dos mesmos direitos de todos os demais alunos dentro de uma sociedade igualitária.

Portanto a formação de todos os profissionais da escola é tarefa obrigatória para que possam contribuir na implantação da inclusão.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL, Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Editora Porto, 1999.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVAA, 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: ... São Paulo: Saraiva, 2001.

CUNHA, E.. **Autismo e Inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010.

FACION, J. R. **Inclusão escolar** e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FÁVERO, Maria Tereza M. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem da escrita**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, 2004.

FERREIRA, Windyz B. **Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial - Out/2005, nº 40, 2005.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros**. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2002.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

_____. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na Educação Inclusiva**: entendendo esse desafio/Maria de Fátima Minetto.2.ed. Curitiba: ibpex, 2008.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia de projetos**. São Paulo: Ática, 2001.

ONU. Declaração Final e Plano de Ação. Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos. Viena, 1993.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Adaptações curriculares. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

RODRIGUES, J. M. C., SPENCER, E.. **A criança autista**: um estudo psicopedagógico. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Entrevista especial à Revista Integração**. Revista Integração. MEC:Brasília, v. 8, n.20, p.09-17, 1998.

SALVADOR, S.; DANTAS, L. & OLIVEIRA, J.A. Desenvolvimento motor de crianças, de idosos e de pessoas com transtornos da coordenação. **Rev. paul. Educ. Fís.**, São Paulo, v.18, pp.33-44, ago. 2004.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista da Educação Especial - Out/2005, N° 07.

ANEXOS



Este questionário tem como finalidade ajudar no trabalho de conclusão do cursos de pedagogia, sobre observação de desenvolvimento da criança autista no seu ensino.

QUESTIONARIO PARA MÃE DA CRIANÇA AUTISTA

1-Quando você notou diferença na sua criança? Qual o tipo de autismo da sua criança?

2- Quando foi diagnosticado no geral?

3- Você usa alguns tratamentos profissionais? E qual é o tipo de comportamento da sua criança?

4- Quando você decêndio colocar a sua criança na escola?

5-Além do professor na escola, ele tem outro acompanhamento qual?

6-Você acha que algo desenvolvimento depois da escola?

7-Você faz avaliação depois que seu filho estar na escola?

8-Você percebeu se ele gostar de ir a escola e tem algum comportamento depois que chega?



Este questionário tem como finalidade ajudar no trabalho de conclusão do cursos de pedagogia, sobre observação de desenvolvimento da criança autista no seu ensino.

QUESTIONARIO PARA A PROFESSORA DE CRIANÇA AUTISTA

1-Ao se deparar com essa situação qual habilidade você adotou para desenvolve o seu trabalho?

2-Qual melhor você encontrou para lhe dá com essa criança? Você como professora adota alguma atividade diferenciada?

3-Por quais atividades ele mais se interessa?

4- Como percebe que a criança esta se desenvolvendo?

5-Qual foi a maior dificuldade que você encontrou nessa criança?

6-Como você acha que as outras criança ver essa criança na sala de aula?

7-A escola que você trabalha estava preparada para receber uma criança autista?

8- Como você surgiria estrutura da escola e formação dos professores?
